

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA (33ª RO)

1 **Abertura e formação da mesa.** Às 8 (oito) horas e 30 (trinta) minutos do dia 18 (dezoito) de dezembro
2 de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no Auditório do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN),
3 Campus Caicó, localizado às margens da Rodovia RN-228, no Bairro Nova Caicó, município de Caicó,
4 Estado do Rio Grande do Norte (RN), o Senhor Ricardo Ramalho Lins, Presidente do Comitê da Bacia
5 Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), solicitou a verificação de quórum para o início dos
6 trabalhos da 33ª Reunião Ordinária (33ª RO) do Comitê. Após a conferência, constatou-se a presença
7 de 30 (trinta) membros no exercício da titularidade, conforme lista de presença que integra esta ata.
8 Verificado o quórum suficiente, os trabalhos da 33ª RO foram iniciados em conformidade com o Art.
9 19 do Regimento Interno do CBH Piancó-Piranhas-Açu. Conjuntamente com o Sr. Ricardo Ramalho Lins,
10 Presidente do CBH PPA, compuseram a mesa de abertura dos trabalhos o Sr. Frederico Willians
11 Romano, Vice-Presidente do CBH PPA e representante da Samaria Camarões; a Sra. Joana Darc Freire
12 de Medeiros, 1ª Secretária do CBH PPA e representante da Associação Brasileira de Engenharia
13 Sanitária e Ambiental (ABES-RN); o Sr. Hermano Oliveira Rolim, 2º Secretário do CBH PPA e
14 representante do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Sousa/PB; o Sr. Luiz Henrique Pinheiro
15 Silva, representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); e o Sr. Cleysyvan de
16 Souza Macedo, representante do IFRN, Campus Caicó/RN). Inicialmente, o Sr. Ricardo Ramalho fez uso
17 da palavra para saudar todos os presentes. Em ato contínuo, e a título de informes, apresentou um
18 relato sobre sua participação, na qualidade de representante do CBH PPA, em eventos relacionados
19 aos recursos hídricos, destacando, como exemplo, sua presença no XXVI ENCOB e no 16º Simpósio
20 Brasileiro de Recursos Hídricos. Em seguida, passou a palavra aos demais membros da mesa para que
21 fizessem suas considerações iniciais. Com a palavra, a Sra. Joana Darc, após saudar os presentes, e a
22 título de informe, relatou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do
23 Norte (CONERH) deliberou favoravelmente pela criação de uma rede de instituições de ensino
24 superior, envolvendo os Institutos Federais e as universidades que atuam no Estado. Segundo
25 informou, a iniciativa tem como objetivo reproduzir, em certa medida, a experiência desenvolvida no
26 Estado do Ceará, promovendo uma maior aproximação entre a academia e o sistema de gestão de
27 recursos hídricos. O Sr. Luiz Henrique, inicialmente, agradeceu o convite encaminhado à ANA para
28 participação na reunião do Comitê. Em seguida, ao se referir ao Comitê, destacou que, por ainda não
29 ter a cobrança pelo uso da água bruta implementada em sua totalidade, a ANA tem a obrigação de
30 prestar suporte administrativo para que o colegiado possa desenvolver suas atividades. Sobre o Termo
31 de Colaboração vigente, informou que este possuía prazo de vigência até agosto de 2025 e que a ANA,
32 mesmo diante de um cenário de redução orçamentária, conseguiu, com grande esforço, formalizar um
33 termo aditivo prorrogando sua vigência até 11 (onze) de fevereiro de 2026. Ressaltou ainda que, para
34 o ano de 2026, o CBH PPA não pode ficar sem o apoio da Secretaria Administrativa, tampouco da ANA.
35 Nesse sentido, explicou que a ANA, em conjunto com o Estado do Rio Grande do Norte, está buscando
36 firmar uma parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNRH), do Ministério da
37 Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), para a celebração de um Termo de Execução
38 Descentralizada (TED), com o objetivo de captar recursos a serem transferidos para a Agência de
39 Desenvolvimento Sustentável do Seridó (ADESE), possibilitando que esta continue prestando suporte

40 ao Comitê até o final de 2026. Destacou ainda que, a partir de janeiro ou fevereiro de 2027, a função
41 atualmente desempenhada pela ADESE deverá passar a ser exercida por uma Agência Delegatária. Por
42 fim, informou aos presentes que o terceiro termo aditivo, previsto para ser assinado em 2026,
43 contemplará o processo eleitoral do Comitê, cuja condução ficará sob responsabilidade da ADESE,
44 considerando que a instituição possui conhecimento e proximidade com os diversos atores da bacia.
45 Em relação à posse dos novos membros eleitos, afirmou que o tema poderá ser discutido
46 posteriormente. O Sr. Ricardo Ramalho, a título de informes, fazendo menção à Deliberação nº
47 042/2025, que prorrogou o mandato dos membros do CBH PPA, da CTPI e da Diretoria Colegiada (DC),
48 encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), disse que durante reuniões pautadas
49 pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTAL) e pelo próprio CNRH ficou
50 consensualmente estabelecido que o Comitê é soberano para esse tipo de decisão, e que a deliberação
51 possui apenas caráter informativo junto ao CNRH. Os demais integrantes da mesa fizeram uso da
52 palavra para desejar boas vindas e saldar os presentes. Dando continuidade à reunião e antecedendo
53 a leitura da pauta da 33ª Reunião Ordinária (RO), a Sra. Joana Darc relatou aos presentes que a
54 convocação da 33ª RO do CBH PPA havia sido realizada por meio do Ofício Circular nº 014/2025-DC,
55 datado de 14 de novembro de 2025, encaminhado, nesse mesmo dia, via e-mail e WhatsApp, a todos
56 os membros do Comitê. Informou ainda que, juntamente com a convocação, foram encaminhados a
57 minuta da Ata da 32ª Reunião Ordinária, a relação atualizada dos membros do CBH PPA, a pauta
58 detalhada da 33ª RO, a minuta da Deliberação nº 043/2025, que trata da proposta de calendário de
59 reuniões ordinárias para o ano de 2026, bem como a minuta da agenda de atividades do CBH PPA para
60 o ano de 2026. Durante a leitura da pauta da 33ª RO, a Sra. Joana Darc comunicou aos presentes que
61 o Sr. Saulo Aires, Coordenador de Mudança do Clima da ANA, por questões de agenda, não pôde se
62 fazer presente à reunião do Comitê para realizar a apresentação sobre o Projeto/Ferramenta Water
63 Resilience Tracker. Informou, contudo, que o referido representante se comprometeu a participar da
64 próxima reunião do Comitê, em 2026, ocasião em que fará sua apresentação. Em razão disso, o ponto
65 de pauta correspondente seria suprimido da pauta da 33ª RO. Na sequência, informou aos presentes
66 que havia uma proposta, para deliberação do Comitê, de inclusão de um novo ponto de pauta,
67 referente à apreciação de uma minuta de “Moção em Defesa da Alocação Negociada de Água e da
68 Governança Participativa nos Sistemas Hídricos Locais”. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Ricardo
69 Ramalho para que fizesse uma explanação sobre o referido ponto. Com a palavra, o Presidente do CBH
70 PPA relatou que a minuta de moção constitui, na verdade, uma resposta institucional do Comitê diante
71 dos ataques dirigidos ao CBH PPA e ao processo de alocação negociada de água por parte de algumas
72 autoridades públicas do Estado da Paraíba. Após sua manifestação, o Presidente submeteu à plenária
73 a proposta de inclusão do referido ponto na pauta da reunião, a qual foi aprovada por unanimidade.
74 Em relação ao ponto de pauta seguinte, referente à **aprovação da Ata da 32ª Reunião Ordinária (32ª**
75 **RO), realizada em 15 de julho de 2025**, a Sra. Joana Darc destacou que, conforme deliberação anterior
76 do Comitê, as atas das reuniões são submetidas diretamente à aprovação do plenário, não sendo
77 realizada sua leitura durante a reunião. Na ocasião, questionou aos membros se havia alguma sugestão
78 de alteração ou contribuição à minuta da ata encaminhada previamente. Não havendo manifestações
79 por parte da plenária, a palavra foi facultada ao Presidente do Comitê para que procedesse com a
80 deliberação sobre a aprovação da referida ata. Com a palavra, o Sr. Ricardo Ramalho submeteu a Ata
81 da 32ª Reunião Ordinária à apreciação dos membros, sendo esta aprovada por unanimidade. Dando

82 prosseguimento a pauta da reunião, a Sra. Joana Darc passou a fazer a leitura na íntegra da **minuta de**
83 **Deliberação nº 043/2025**, que faz referência ao **calendário de Reuniões Ordinárias do Comitê da**
84 **Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu para o ano 2026**. Durante leitura, destacou que a
85 Diretoria Colegiada estava propondo os dias 14.04.2026 (terça-feira) e 08.10.2026 (quinta-feira) para
86 realização da 34ª e 35ª Reunião Ordinária, tendo como locais as cidades de Cajazeiras/PB e Acari/RN,
87 respectivamente. Ao final da leitura, foi questionado aos presentes se havia alguma proposta de
88 alteração nas datas e locais de realização das reuniões. Não havendo manifestações por parte da
89 plenária, o Presidente do Comitê submeteu a deliberação 043/2025, parte integrante desta ata, para
90 apreciação dos membros do Comitê. A referida deliberação foi aprovada por consenso, não havendo
91 abstenções nem votos contrários. Em relação à **agenda de atividades do CBH PPA para o ano de 2026**,
92 ponto de pauta seguinte, a Sra. Joana Darc apresentou alguns esclarecimentos acerca das atividades
93 nela previstas. Durante sua fala, destacou que a agenda contempla ações realizadas de forma contínua
94 ao longo dos anos, citando como exemplo a execução do plano de trabalho, parte integrante do Termo
95 de Colaboração, bem como a realização das reuniões ordinárias do Comitê. Mencionou ainda a
96 inclusão de algumas atividades de caráter mais específico, como a participação em eventos, em
97 capacitações e nas reuniões de alocação de água. O Sr. Pedro Crisóstomo Alves Freire, representante
98 da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos do Estado da Paraíba (SEIRH), sugeriu que fosse
99 incluída na agenda a realização do processo eleitoral do Comitê para o ano de 2026. Em resposta, o
100 Presidente do CBH PPA informou que essa atividade não foi inserida na agenda em razão da atual
101 incerteza orçamentária, uma vez que o Comitê ainda aguarda a confirmação da celebração do Termo
102 de Execução Descentralizada (TED) com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
103 (MIDR). Destacou que esse recurso será fundamental para garantir o funcionamento do Comitê até
104 dezembro de 2026, incluindo a realização do processo eleitoral do CBH PPA, cujo custo estimado é de
105 aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Por fim, esclareceu aos presentes que, após a
106 confirmação do TED, o processo eleitoral poderá ser incluído na agenda de atividades do Comitê em
107 uma próxima reunião. Não havendo mais manifestações por parte dos presentes, o Presidente do
108 Comitê submeteu à apreciação da plenária a agenda de atividades, parte integrante desta ata, sendo
109 a mesma aprovada por consenso, não havendo abstenções nem votos contrários. Iniciando o ponto
110 de pauta seguinte, cito: **apresentação da agenda de trabalho da CTPI**, o Sr. Nelson César Fernandes
111 Santos, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) e representante do
112 Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) no CBH PPA, apresentou a
113 todos três propostas de pauta que serão discutidas pela referida Câmara, dentre as quais: a retomada
114 das discussões sobre as diretrizes e critérios específicos para usos de pouca expressão na Bacia
115 Hidrográfica dos rios Piranhas-Açu; a reformulação do Regimento Interno do CBH PPA; e a análise da
116 proposta de adesão ao OGA (Observatório de Governança das Águas). Informou ainda que a CTPI
117 pretende acompanhar outros dois pontos, citando a cobrança pelo uso da água bruta na bacia e a
118 gestão das águas do Projeto de Integração do São Francisco – PISF. Destacou que outros pontos, caso
119 encaminhados pelo CBH PPA, poderão ser incluídos para discussão nas reuniões da CTPI. Referindo-se
120 às reuniões da CTPI, informou que estas estavam previamente programadas para serem realizadas nas
121 seguintes datas: 05/03/2026 (45ª RO), 07/05/2026 (46ª RO), 09/07/2026 (47ª RO) e 10/09/2026 (48ª
122 RO), todas tendo como local previsto a cidade de Caicó/RN. Finalizando, afirmou também que, a
123 depender da disponibilidade dos membros da CTPI, essas reuniões poderão ser realizadas em formato

124 virtual ou híbrido. Fazendo uso da palavra, o Sr. Pedro Freire sugeriu que as reuniões da CTPI fossem
125 realizadas de forma intercalada entre os dois Estados, Paraíba e Rio Grande do Norte, de modo a
126 prestigiar ambos. Ainda com a palavra, solicitou esclarecimentos quanto aos pontos apresentados pelo
127 Sr. Nelson César, questionando se tais demandas já haviam sido previamente encaminhadas pelo CBH
128 PPA. Em resposta, a Sra. Joana Darc informou que os pontos apresentados pelo Coordenador da CTPI
129 já haviam sido demandados em reuniões passadas do Comitê. No tocante à alternância das reuniões
130 da Câmara Técnica, a Diretoria do CBH PPA e os membros da CTPI presentes na reunião acataram a
131 sugestão apresentada pelo Sr. Pedro Freire. Novamente com a palavra, o Sr. Pedro Freire solicitou que
132 as demandas destinadas à CTPI fossem oficializadas pela Diretoria do Comitê. Solicitou ainda que fosse
133 mantida uma cronologia para a realização das reuniões da Câmara Técnica e, conseqüentemente, para
134 a apreciação de cada tema, evitando-se, assim, a inversão de pautas ao longo da programação
135 estabelecida para o ano de 2026, solicitações essas acatadas pela Diretoria Colegiada (DC). Sobre os
136 pontos apresentados pelo Coordenador da CTPI, a Sra. Joana Darc relatou que apenas um deles ainda
137 não havia sido deliberado pelo Comitê, citando, na ocasião, a definição de diretrizes e critérios para os
138 usos de pouca expressão na Bacia Hidrográfica dos rios Piranhas-Açu. Destacou que considera esse
139 ponto de grande relevância para a gestão dos recursos hídricos, uma vez que tal deliberação poderá
140 isentar o pequeno irrigante da obrigatoriedade de outorga e da cobrança pelo uso da água, sem
141 comprometer, assim, uma parcela mais vulnerável da sociedade. O Sr. Nelson César lembrou à Sra.
142 Joana Darc que o ponto em questão já havia sido deliberado pelo Comitê e que, inclusive, já havia sido
143 analisado pela CTPI. Reforçando as palavras do Coordenador da CTPI, o Sr. Pedro Freire manifestou
144 surpresa ao saber que o tema ainda constava na pauta da Câmara Técnica, considerando que este está
145 diretamente relacionado à cobrança pelo uso da água, uma vez que não se pode estabelecer cobrança
146 sem considerar os usos de pouca expressão. O Sr. Ricardo Ramalho relatou que não existe, até o
147 momento, uma deliberação aprovada pelo Comitê que trate dos usos insignificantes. Informou que,
148 durante o processo de implementação da cobrança pelo uso da água, foi adotada a resolução federal
149 que delimita os usos considerados insignificantes. Sobre o tema, afirmou que, em seu entendimento,
150 não seria viável retomar essa discussão neste momento. Ressaltou acreditar que o mais adequado
151 seria acompanhar inicialmente como se dará o processo de cobrança, visto que ainda não foram
152 sequer emitidos boletos. Acrescentou que, em um momento futuro, o Comitê poderá se reunir para
153 avaliar e, se necessário, revisar os mecanismos adotados. Com a palavra, a Sra. Joana Darc afirmou que
154 acatará a decisão do colegiado, ressaltando que, em seu entendimento, trata-se de uma das
155 atribuições mais relevantes e de grande impacto para o Comitê. Destacou ainda que o CBH PPA tem
156 acolhido deliberações provenientes de outras instâncias e que, por essa razão, o Comitê precisa se
157 debruçar com maior atenção sobre as informações e especificidades da bacia. Por fim, acrescentou
158 que, havendo concordância dos presentes, a discussão poderia ser retomada em momento oportuno.
159 O Sr. Luiz Henrique, da ANA, sugeriu que, no início das discussões sobre o tema, sua instituição fosse
160 convidada a apresentar esclarecimentos sobre as decisões já adotadas do ponto de vista hidrológico,
161 incluindo justificativas técnicas referentes aos valores considerados como usos insignificantes na Bacia
162 Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu. Ainda com a palavra, relatou que os usos insignificantes são
163 relevantes não apenas para fins de cobrança, mas também para os órgãos gestores e para os próprios
164 usuários, estando esses contemplados pela Lei nº 9.433/1997. Finalizando, destacou que o uso de
165 pouca expressão, além de sua importância para a cobrança, também possui relevância para os órgãos

166 gestores e para os usuários, uma vez que, ao considerar o custo processual, contribui para desonerar
167 tanto o usuário quanto o órgão gestor. Não havendo mais debates sobre o tema, e considerando que
168 os pontos apresentados já haviam sido deliberados pela plenária, ficou acordado que a Diretoria
169 Colegiada oficializará a CTPI para retomar os debates sobre os dois demais pontos, a saber: a
170 reformulação do Regimento Interno do CBH PPA; e a análise da proposta de adesão ao OGA
171 (Observatório de Governança das Águas). O Presidente do CBH PPA iniciou o próximo ponto de pauta
172 contextualizando que a moção surge em razão de problemas enfrentados pela Comissão de
173 Acompanhamento da Alocação de Água 2025-2026 (CAAA) do sistema hídrico Engenheiro Avidos e São
174 Gonçalo (Eng. Avidos/São Gonçalo). O conflito envolve usuários de montante e da jusante e está
175 relacionado à transferência de águas do PISF. Ele explicou que a moção tem como objetivo defender
176 o sistema hídrico e responder a declarações de parlamentares do Estado da Paraíba, que, por meio de
177 veículos de comunicação, atribuíram ao CBH PPA e à CAAA a responsabilidade pelos problemas
178 ocorridos no sistema Eng. Avidos/São Gonçalo. O Presidente relatou que, em 11 de junho de 2025, foi
179 realizada em Sousa/PB a reunião de alocação de água do sistema, com participação de representantes
180 de diversos segmentos da sociedade, incluindo usuários, ANA, AESA, CAGEPA, IGARN, secretarias
181 estaduais de recursos hídricos e organizações da sociedade civil. Na ocasião, foi definido, em acordo
182 no âmbito do Comitê Gestor do Projeto de Integração do São Francisco (CGPISF), que as águas
183 entregues pelo PISF seriam divididas entre os estados da Paraíba (PB) e do Rio Grande do Norte (RN)
184 ao longo de 2025: PB até julho e RN a partir de agosto. Ainda como parte do processo de alocação e a
185 título de compensação pelos impactos das obras de reestruturação do açude Eng. Avidos, foi solicitado
186 ao MIDR o fornecimento de um volume adicional de água, a ser entregue em parcelas, com a última
187 prevista para 2025. O grande problema surgiu em agosto, quando as transferências de vazão para o
188 RN fizeram com que ambos os reservatórios ficassem abaixo dos níveis previstos no Termo de Alocação
189 de Água 2025-2026. Em setembro de 2025, o Presidente solicitou à ANA a verificação das vazões de
190 saída das duas válvulas dispersoras, sob responsabilidade do DNOCS. A análise constatou discrepâncias
191 entre o volume registrado nas válvulas e o volume real que passava no curso do rio, indicando que
192 estava saindo mais água do que o previsto. Diante dessa situação, usuários a montante do açude Eng.
193 Avidos iniciaram protestos, bloqueando a PB-230, motivados pelo baixo nível do reservatório e pela
194 falta de acesso à água. Disse que enquanto Presidente do Comitê e da CAAA Eng. Avidos/São Gonçalo,
195 procurou as lideranças envolvidas nos protestos com o objetivo de negociar a desobstrução das
196 rodovias e discutir soluções. Essa iniciativa culminou em reunião na cidade de São José de Piranhas/PB,
197 na qual foram tratados dois pontos: 1) Regularização dos usos existentes; e 2) Em parceria com a ANA
198 e o MIDR, desenvolvimento de ações de apoio para a adaptação dos usuários. Relatou também que,
199 recentemente, devido ao baixo nível do açude, surgiu um novo problema: a ensecadeira do
200 reservatório, que tem inviabilizado a transferência de água para o sistema local, impactando, de modo
201 geral, todo o sistema. O Presidente destacou ainda que um deputado da Paraíba, líder do governo,
202 afirmou publicamente que todo o problema teria sido causado pelo processo de alocação de água,
203 utilizando expressões como: “a farra com a água do Comitê vai acabar”. Considerou tais declarações
204 infelizes e sem nenhum conhecimento, uma vez que o processo de alocação envolve AESA, CAGEPA,
205 órgãos gestores dos dois estados e a sociedade em reuniões públicas, democráticas e calcadas nos
206 princípios da Lei 9.433/1997, que estabelece a gestão participativa. Diante das críticas públicas,
207 esperava-se uma nota conjunta da ANA, MIDR e órgãos estaduais em defesa do sistema, mas não

208 houve consenso, visto que alguns órgãos se recusaram a assiná-la. Por fim, o Presidente afirmou que
209 cabe ao Comitê, enquanto órgão colegiado, emitir uma moção em defesa do sistema, reafirmando o
210 compromisso do CBH PPA com este importante instrumento de governança participativa. Concluída a
211 contextualização, o Sr. Ricardo Ramalho iniciou a leitura integral da minuta da moção para
212 conhecimento de todos os presentes. Finalizada a leitura, o Sr. Nelson César, fazendo uso da palavra,
213 sugeriu algumas alterações na redação do texto em pontos específicos da minuta. Na sequência, a Sra.
214 Joana Darc destacou que o Comitê precisa considerar a bacia hidrográfica como um todo, uma vez que
215 todas as deliberações tomadas influenciam em toda a sua área de abrangência. Ressaltou que todo o
216 trecho a jusante, até a foz, é influenciado pela operação dos açudes Eng. Avidos e São Gonçalo, o que,
217 em sua avaliação, representa uma nova realidade decorrente da integração proporcionada pelo PISF.
218 Em sua análise, a moção deveria apresentar um caráter mais generalista, considerando que a alocação
219 de água dos açudes Eng. Avidos e São Gonçalo, que possuem influência direta no sistema do PISF, não
220 pode ser deliberada exclusivamente pelos usuários locais. Segundo destacou, tais usuários não podem
221 decidir, por exemplo, pelo fechamento das comportas, sob o risco de prejudicar o Estado do Rio
222 Grande do Norte. Finalizando sua fala, afirmou que a questão deveria ser deliberada em uma instância
223 superior, embora tenha registrado que acompanharia o posicionamento da Diretoria. O Sr. Pedro
224 Crisóstomo posicionou-se contrário à generalização da moção. Em sua avaliação, é necessário
225 particularizar determinadas situações, considerando as complexidades envolvidas na transferência de
226 águas do PISF, especialmente quando essas adentram o trecho do rio Piranhas em território do Estado
227 da Paraíba. Ao tratar do tema relacionado às reuniões de alocação de água, a Sra. Joana Darc sugeriu
228 que as deliberações tomadas nessas reuniões sejam posteriormente referendadas pela plenária do
229 Comitê. Sobre esse ponto, o Sr. Paulo Abrantes Oliveira, representante da Universidade Federal de
230 Campina Grande (UFCG), Campus Sousa/PB, observou que tanto as Comissões quanto o Comitê não
231 possuem personalidade jurídica e destacou que, atualmente, as Comissões Gestoras acabam detendo
232 mais poder deliberativo que o próprio Comitê. Ainda a título de contribuição, a Sra. Joana Darc sugeriu
233 que os termos de alocação de água, após aprovados, sejam encaminhados à plenária do Comitê para
234 discussão. Após a apresentação e análise de todas as sugestões de alteração propostas pela plenária,
235 e não havendo mais manifestações, o Presidente do CBH PPA colocou a minuta da moção em
236 apreciação. Submetida à deliberação, a moção foi aprovada por consenso pelos presentes. Iniciando o
237 ponto de pauta seguinte, o Sr. Gilmar Bristot, representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária do
238 Rio Grande do Norte – Emparn apresentou as **Previsões climatológicas, quadra chuvosa 2026, para a**
239 **Bacia**. Ele começou sua fala fazendo uma retrospectiva sobre a análise pluviométrica do ano 2025,
240 com ênfase nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Para o mesmo, o ano começou muito bem
241 em janeiro, com chuvas acima da média em todo o estado (principalmente na região Central). Porém,
242 de fevereiro em diante, o cenário mudou e as chuvas foram diminuindo. O mês de abril foi o mais
243 crítico, com uma queda drástica: choveu 61,1% menos do que o normal no Rio Grande do Norte. O
244 representante da Empaer fez questões de destacar que a Estação Chuvosa, que compreende o período
245 de fevereiro a maio, é responsável por mais de 80% da chuva anual nas regiões Oeste e Central. Gilmar
246 reforçou que o período de fevereiro a maio é o mais importante para nós, pois é quando acontece
247 mais de 80% de toda a chuva do ano nas regiões Oeste e Central. Ele explicou que, para a chuva chegar
248 com força, dependemos de três fatores principais: **1) Oceanos**: O mar no Pacífico precisa estar frio (La
249 Niña) e o Atlântico Sul precisa estar quente. **2) Atividade Solar**: Curiosamente, quando o Sol está mais

250 "quieto", a Terra recebe mais raios cósmicos, o que ajuda a formar nuvens de chuva no Nordeste, e 3)
251 ZCIT: É o grande "paredão de nuvens" que desce para a nossa região e traz as chuvas principais. Em
252 relação as previsões para a quadra chuvosa 2026, relatou que com base nas simulações de diversos
253 modelos meteorológicos (como os da NASA e outros institutos) não trazem boas notícias para o início
254 de 2026. A previsão para o período de janeiro a março é de anomalias negativas, ou seja, chuvas abaixo
255 da média em quase todo o RN. A tendência para o primeiro semestre como um todo é de um cenário
256 entre neutro e seco. Concluindo sua apresentação, disse que o cenário técnico aponta para uma
257 quadra chuvosa com alta probabilidade de chuvas abaixo da média, o que exige atenção quanto à
258 gestão dos recursos hídricos e suporte aos produtores rurais. Após a apresentação, o Sr. Francisco de
259 Assis da Silva, representante da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN e integrante do grupo
260 Ativista do Piranhas, que atua na defesa do meio ambiente, com ênfase na preservação do rio Piancó-
261 Piranhas-Açu, promovendo a qualidade da água e o reflorestamento de suas margens, relatou que,
262 com grande esforço, conseguiu mobilizar os municípios de Jardim de Piranhas/RN, São Bento/PB,
263 Paulista/PB e Pombal/PB para a realização de um mutirão de limpeza e reflorestamento nas margens
264 do rio Piranhas, ocorrido em 23 de novembro de 2025. Informou, ainda, que encaminhou previamente
265 o material de divulgação ao grupo de membros do Comitê. No entanto, para sua surpresa, no dia do
266 evento contou apenas com a presença do Sr. Emídio Gonçalves, a quem registrou seu agradecimento.
267 Em relação à ONG Ativista do Piranhas, destacou que, apesar do relevante trabalho voluntário
268 desenvolvido, a entidade ainda não possui registro formal. Diante disso, solicitou o apoio do Comitê,
269 do IGARN, da ANA e dos demais órgãos governamentais, no sentido de fortalecer e dar maior atenção
270 a iniciativas voluntárias que atuam na preservação ambiental, especialmente aquelas dedicadas a
271 natureza e à proteção do rio Piranhas. Em resposta, o Presidente do CBH PPA afirmou que o Comitê
272 está aberto a iniciativas dessa natureza e que, ao receber o encarte do evento, entrou em contato com
273 o Escritório de Apoio para que fossem providenciadas as ações logísticas necessárias. Destacou ainda
274 que o CBH PPA atravessa um período de transição, com limitações financeiras, o que tem dificultado a
275 concessão de apoio financeiro a determinadas iniciativas. No que se refere ao material de divulgação,
276 informou que o encaminhou ao Setor de Comunicação do Comitê, para que fosse realizada a
277 divulgação nas redes sociais institucionais. Finalizando sua fala, propôs à plenária a inclusão, na pauta
278 das reuniões do CBH PPA, de um tempo mínimo de 15 (quinze) minutos destinado à manifestação dos
279 membros do Comitê, durante o qual poderão relatar questões específicas de seus respectivos
280 sistemas. Quanto à apresentação de trabalhos acadêmicos (teses de doutorado e dissertações de
281 mestrado), estes passarão a ser incluídos como ponto de pauta nas reuniões. Finalizando os trabalhos,
282 foram **encaminhados** os seguintes pontos: **1º)** A minuta de Deliberação nº 043/2025, que estabelece
283 o calendário das Reuniões Ordinárias do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu para
284 o ano de 2026, bem como a Moção em defesa da alocação negociada de água e da governança
285 participativa nos sistemas hídricos locais, deverão ser encaminhadas, para conhecimento, ao Conselho
286 Nacional de Recursos Hídricos, aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos da Paraíba e do Rio
287 Grande do Norte, assim como aos respectivos órgãos gestores estaduais e à Agência Nacional de Águas
288 e Saneamento Básico (ANA). A Moção deverá, ainda, ser amplamente divulgada nos canais
289 institucionais e redes sociais do CBH PPA, bem como encaminhada às Assembleias Legislativas dos
290 Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, para conhecimento. **2º)** A Diretoria Colegiada expedirá
291 ofício ao Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI), dando-lhe ciência dos

292 pontos a serem debatidos no âmbito da referida Câmara Técnica. **3º)** O Escritório de Apoio ao CBH PPA
293 irá elaborar a minuta da ata da 33ª Reunião Ordinária, a qual será submetida à apreciação dos
294 membros do Comitê na próxima reunião. Nada mais a tratar, O Sr. Ricardo Ramalho Lins, Presidente
295 do CBH PPA, agradeceu a presença, a participação e a colaboração de todos e deu por encerrada a
296 reunião. Caicó/RN, 18 de dezembro de 2025.

297

298

299

300

301

Marcone de Medeiros Nunes
Secretário do Escritório de Apoio ao CBH PPA

302

303

304

305

306

Ricardo Ramalho Lins
Presidente do CBH PPA

Joana Darc Freire de Medeiros
1ª Secretária do CBH PPA

307

308